



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Resultado Operacional antes da tributação</b>	<b>31.914</b>	<b>34.319</b>
<b>Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)</b>	<b>(14.362)</b>	<b>(15.444)</b>
Resultado de Participações em Coligadas <sup>(1)</sup>	7.483	9.508
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	4.034	6.683
Ajustes CSLL 5%	14	-
Demais Ajustes	1.207	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(1.624)</b>	<b>747</b>

<sup>(1)</sup> No resultado de participações em coligadas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos.

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Despesa de COFINS	1.753	4.343
Despesa com PIS	285	706
Atualizações de Impostos e Contribuições <sup>(1)</sup>	926	1.585
Outras	445	236
<b>Total</b>	<b>3.409</b>	<b>6.870</b>

<sup>(1)</sup> Inclui atualizações das provisões para o PIS e COFINS da Lei 9.718/1998.

	30/06/2021	31/12/2020
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	213.767	212.706
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	11.424	6.344
Pagamentos a Ressorcir	235	11.567
Rendas a Receber	-	956
Outros Valores e Bens	196	13
Outros	99	2
<b>Total</b>	<b>225.721</b>	<b>231.588</b>

				31/12/2020
<b>Investimento</b>	<b>Atividade</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Participação Direta</b>	<b>Participação Direta</b>
<b>Santander Leasing</b>	<b>Leasing</b>	<b>18.196</b>	<b>18.196</b>	<b>21.42%</b>
				<b>Resultado da Patrimonial<sup>(1)</sup></b>
				01/01 a 01/01 a
<b>Investimento</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Lucro Líquido</b>	<b>Valor dos Investimentos</b>	<b>Equivalência Patrimonial<sup>(1)</sup></b>
Santander Leasing	-	-	-	16.629
				21.061

<sup>(1)</sup> Refere-se ao resultado de equivalência patrimonial acumulado até maio de 2021.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos Interfinanceiros	2.538.114	20.349.370	22.887.484	21.429.296
<b>Total</b>	<b>2.538.114</b>	<b>20.349.370</b>	<b>22.887.484</b>	<b>21.429.296</b>

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12.b)	179.733	178.341
Provisão para Pagamentos a Efetuar Sociais e Estatutárias	182	106
Outras	-	863
<b>Total</b>	<b>179.928</b>	<b>179.322</b>

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>178.341</b>	<b>160.812</b>
Constituição Líquida de Reversão	24	872
Atualização Monetária <sup>(1)</sup>	1.368	1.787
Baixa por Pagamentos	-	(1.152)
<b>Saldo Final</b>	<b>179.733</b>	<b>162.319</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	172.038	155.573
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	946	833

<sup>(1)</sup> Registrados em despesas tributárias e outras receitas/despesas operacionais.<sup>(2)</sup> Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor das ações provisionadas e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

**c) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**  
Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:  
**PIS e COFINS** - R\$171.765 (31/12/2020- R\$170.839): O Bandepe ajizou medida judicial visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.  
**d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**  
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.  
As ações de natureza tributária com classificação de perda possível totalizaram R\$32 milhões.  
O principal processo de natureza tributária se refere a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, pretendendo a exigência de PIS e COFINS sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 30 de junho de 2021, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$14 milhões.

	31/12/2020
<b>Em Milhares de Reais</b>	<b>Bruto</b>
	863
<b>Total</b>	<b>863</b>

Dividendos Mínimos Obrigatórios <sup>(1)</sup><sup>(1)</sup> Em 31 de dezembro de 2020, foi realizado o destaque de Dividendos Mínimos Obrigatórios, pagos em 25 de maio de 2021.

**c) Reservas de Lucros**  
O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:  
**Reserva Legal**  
De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.  
**Reservas Estatutárias**  
Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Bandepe e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

**14. Partes Relacionadas**  
**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**  
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Bandepe realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2021, no valor máximo de R\$10 mil. O Bandepe é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander. O Bandepe não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.  
Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

**b) Participação Acionária**  
O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. que possui participação acionária direta de 3.589 mil ações ordinárias equivalentes a 100,00% do capital social.  
**c) Transações com Partes Relacionadas**  
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.  
As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Aplicações no Mercado Aberto <sup>(1)</sup></b>	<b>65.894</b>	<b>11.839</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>28.057.382</b>	<b>25.386.022</b>
Santander Fundo de Investimento		
Diamantina Multimercado Crédito Privado	28.057.382	23.225.847
Santander Hermes Multi Créd Priv Infra	-	-
Fundo de Investimento	-	715.789
Santander Fundos de Investimentos		
Amazonas Multimercado	-	1.444.386
<b>Dividendos e Bonificações a Receber <sup>(2)</sup></b>	<b>-</b>	<b>956</b>
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>-</b>	<b>(855)</b>
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>(22.887.484)</b>	<b>(21.429.296)</b>
<b>Valores a Pagar Sociedades Ligadas <sup>(3)</sup> (Nota 15)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
		<b>(114)</b>
		<b>(157)</b>

<sup>(1)</sup> Em 30 de junho de 2021, estão compostos por aplicações no mercado aberto com vencimento em até 3 meses no valor de R\$65.894 (31/12/2020 – R\$11.839).<sup>(2)</sup> Refere-se a juros sobre o capital próprio recebidos da Santander Leasing.<sup>(3)</sup> As despesas referem-se a despesas administrativas Convênio Operacional.

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 14.d)	114	157
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	136	92
Serviços do Sistema Financeiro	693	1.508
Outras	61	67
<b>Total</b>	<b>1.003</b>	<b>1.824</b>

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Atualização de Depósitos Judiciais	1.274	2.063
Atualização de Impostos a Compensar	116	485
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais	2.857	-
<b>Total</b>	<b>4.247</b>	<b>2.548</b>

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 12.b)	24	889
Atualização de Impostos	154	-
Outras	27	29
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>918</b>

**18. Outras Informações**  
**a)** Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Bandepe aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

**b) Efeitos da Pandemia - COVID-19**  
A Administração monitora os efeitos da pandemia do COVID-19 que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados.

A Companhia mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Até a data desta divulgação, a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

	2021			2020		
	Resultado não Recorrente	Resultado Recorrente	01/01 a 30/06/2021	Resultado não Recorrente	Resultado Recorrente	01/01 a 30/06/2020
Receitas da						
Intermediação Financeira	334.776	-	334.776	312.353	-	312.353
Despesas da						
Intermediação Financeira	(290.944)	-	(290.944)	(292.099)	-	(292.099)
Resultado Bruto da						
Intermediação Financeira	43.832	-	43.832	20.254	-	20.254
Outras Receitas						
(Despesas) Operacionais	16.259	-	16.259	14.065	-	14.065
Resultado Operacional	60.091	-	60.091	34.319	-	34.319
Resultado não Operacional <sup>(1)</sup>	(147)	(28.030)	(28.177)	-	-	-
Resultado antes da						
Tributação sobre o						
Lucro e Participações	59.944	(28.030)	31.914	34.319	-	34.319
Imposto de Renda e						
Contribuição Social	(1.624)	-	(1.624)	747	-	747
<b>Lucro Líquido</b>	<b>58.320</b>	<b>(28.030)</b>	<b>30.290</b>	<b>35.066</b>	<b>-</b>	<b>35.066</b>

<sup>(1)</sup> Resultado de Alienação em Investimentos decorrente da reestruturação societária com a Santander Leasing.

DIRETORIA	
<b>Diretor Presidente</b> Amancio Acúrcio Gouveia	<b>Diretor Vice-Presidente</b> Antonio Pardo de Santayana Montes
<b>Diretores Executivos</b>	
Gilberto Duarte de Abreu Filho Ramón Sanchez Díez	Luiz Masagão Ribeiro Filho Juan Sebastian Moreno Blanco
<b>CONTADOR</b>	
Diego Santos Almeida - CRC nº 1SP316054/O-4	

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

**Banco Bandepe S.A.**  
**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bandepe S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**  
A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos

de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.